Artur Pinto Bandeira para a execução da empreitada de «Centro de Medicina Física e Reabilitação, em Alcoitão — Zona do pessoal — Acabamentos e instalações especiais», pela importância de 3 211 825\$30.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 2 400 000\$ no corrente ano e 811 825\$30, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

Despacho interpretativo

Tendo-se suscitado dúvidas quanto ao local das provas de concurso dos funcionários dos correios, telégrafos e telefones do ultramar, esclarece-se que do disposto no artigo 280.º do Decreto n.º 34 076, de 2 de Novembro de 1944, não deverá depreender-se que tais provas só poderão realizar-se nas capitais das respectivas províncias.

E assim, poderão os governadores determinar a prestação de tais provas em qualquer outro centro populacional, desde que lá se possam reunir os elementos necessários para a constituição dos júris e que de tal resulte vantagem para a Administração.

O objectivo visado no referido artigo, ou seja a restituição da importância das passagens no caso de desistência ou reprovação dos candidatos, mantém-se, seja qual for o local escolhido para a prestação de provas.

Ministério do Ultramar, 6 de Março de 1961. — O Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Adriano José Alves Moreira.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — A. Moreira.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Pecuários

Portaria n.º 18 373

Decorridos dois anos da entrada em funcionamento do livro genealógico da raça merina precoce portuguesa, reconhece-se a necessidade de alterar algumas das disposições do regulamento que, a título provisório, foi aprovado pela Portaria n.º 16 837, de 13 de Agosto de 1958.

Assiste-se ao esboçar de associações de criadores, entidades a quem naturalmente cabem a administração e o funcionamento dos livros genealógicos.

Por outro lado, previra-se, e a experiência confirmou, que no desenvolvimento dos diferentes serviços come-

tidos ao livro viriam a surgir casos ou situações que aconselhassem correcções ou ajustamentos.

Entre as soluções de alterar alguns dos artigos do referido regulamento e de publicar um novo regulamento, opta-se pela última.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, ao abrigo do que dispõe o artigo 51.º do Regulamento dos Serviços de Reprodução Animal e Registos Genealógicos e Contrastos, em conformidade com o Decreto n.º 41 109, de 14 de Maio de 1957, aprovar o Regulamento do Livro Genealógico Português da Raça Merina Precoce.

Ministério da Economia, 31 de Março de 1961. — O Secretário de Estado da Agricultura, Luís Quartin Graça.

Regulamento do Livro Genealógico Português da Raça Merina Precoce

I

Dos fins

Artigo 1.º Nos termos da legislação em vigor, compete à Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, por intermédio dos serviços de melhoramento animal, a organização e orientação do livro genealógico português da raça merina precoce.

Art. 2.º O livro genealógico tem por fim assegurar a pureza desta raça e concorrer para o seu progresso zootécnico, assim como favorecer a difusão de bons reprodutores.

Art. 3.º Para atingir a sua finalidade o livro promove:

- a) A inscrição de animais, mencionando para cada um deles:
 - 1) Ascendência e descendência;
 - 2) Pontuação atribuída no momento da inscrição no livro de adultos;
 - 3) Elementos de ordem funcional e prémios obtidos em provas e concursos organizados ou homologados pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários;
 - 4) Outros elementos que possam contribuir para a sua apreciação.
- b) A convergência de esforços dos criadores interessados na expansão da raça e valorização dos seus efectivos;
- c) A publicação de notícias, folhetos, memórias e livros referentes não só à evolução da raça, como à divulgação dos méritos dos animais e das explorações que mais se tenham distinguido.

II

Da organização e funcionamento

Art. 4.º A direcção do livro genealógico será constituída por um técnico dos serviços de melhoramento animal, que servirá de presidente, por um secretário técnico, perito na raça, ambos nomeados pelo director-geral dos Serviços Pecuários, e ainda por um delegado da Corporação da Lavoura, de entre os criadores aderentes ao livro.